

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL PELA PRIMEIRA INFÂNCIA: AVANÇOS E DESAFIOS

Almir Paulo do Santos

Doutor em Educação – PPGPE – UFFS - Erechim

almir.santos@uffs.edu.br

Luana Leticia Reffiel Menta

Mestranda do Programa de Pós-Graduação do PPGPE-UFFS - Erechim

luana.menta@smecd.pmgv.rs.gov.br

Eixo 07: Ciências Humanas

RESUMO

A temática desse trabalho é apresentar a implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância nos municípios do Rio Grande do Sul, seus avanços e desafios, para a infância. Tem como objetivo compreender as prioridades nas promoções e defesa dos direitos das crianças e as políticas públicas que incentivam a participação ativa com a escuta, protagonismo e autonomia das crianças de zero a cinco anos. Contudo o Plano Municipal pela Primeira Infância é desenvolvido num processo democrático e participativo, com participação de diversas secretarias e órgãos públicos da administração municipal, poder legislativo, judiciário e sociedade civil. A pesquisa foi articulada pensando na criança como sujeito integral, respeitando e incluindo essa criança no município como cidadão. Analisando o Marco Legal pela Primeira Infância que recomenda a elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância que tem com o objetivo central abordar a articulação entre os setores da administração pública, construído de forma participativa e democrática. A metodologia é qualitativa, de análise documental e de entrevista semiestruturada. O estudo almeja contribuir para o debate sobre as políticas públicas sobre a primeira infância, a relevância do trabalho intersetorial para o desenvolvimento integral da criança, com foco na importância da implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância.

Palavras-chave: Primeira Infância, Políticas Públicas, Plano Municipal pela Primeira Infância

INTRODUÇÃO

A primeira infância é a fase inicial da vida, todos passamos por essa fase, pelas descobertas e experiências. Pensar na criança que fui, na criança que meus filhos são, guardar a nossa criança interior ao longo da vida e não a deixar no passado, carregar consigo marcas positivas de uma infância com belas recordações, com sentimentos e afetos que a qualquer tempo possam se fazer presente.

O tema da primeira infância vem sendo destaque em encontros, fóruns, debates com especialistas, desse modo, vamos investigar que municípios no Rio Grande do Sul (RS) que

implantaram o Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI), quais as contribuições e relevância do plano e dessa forma implementar o PMPI em um município pertence à mesorregião do Noroeste Rio-Grandense e à microrregião de Erechim na região do Alto Uruguai.

Colocar em prática um Plano Municipal pela Primeira Infância (PMPI) é pensar no coletivo, é pensar que essa criança mesmo antes de nascer já é vista. Pensar na cidade a partir da perspectiva das crianças é basilar para a construção de uma sociedade com problemas reduzidos, compensando tendências negativas, oportunizando qualidade de vida.

Dado que o PMPI é um instrumento de gestão para a implementação de políticas públicas, apto a consolidar o sistema de garantia dos direitos das crianças, previstos na Constituição Federal - CF (1988) e o Marco Legal da Primeira Infância - MLPI (2016), necessita de um diagnóstico da situação de vida, progresso e aprendizagem das crianças, ações intersetoriais do município para defender que os direitos das crianças sejam integralmente atendidos e propósitos que permitam avaliar as políticas planejadas.

Como é um instrumento de planejamento intersetorial, de longo prazo, que tem como referência o Plano Nacional pela Primeira Infância - PNPI¹ e tem o propósito de atingir metas do poder público para a realização, progressão e defesa dos direitos das crianças, tem fases de ordenamento, como a composição do comitê intersetorial², diagnóstico, metodologia e planejamento, redação do PMPI, aprovação do plano pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (COMDICA), elaboração do projeto de Lei para encaminhar à Câmara de Vereadores e posterior homologação do Prefeito Municipal sancionando a Lei.

MATERIAIS E MÉTODOS

O objetivo geral é analisar o processo de implantação e aprovação do PMPI, no Estado do Rio Grande do Sul e em que medida contribui para a ampliação do direito à educação das crianças. Quanto aos objetivos específicos, que vão estruturar o caminhar da pesquisa estão constituídos no seguinte formato:

Os objetivos específicos que concedem suporte ao tema é conhecer a legislação existente e buscar teóricos que fundamentam a concepção de infância, criar um comitê intersetorial, e como produto final a construção e implementação do PMPI em um município

1 O Plano Nacional pela Primeira Infância (PNPI) é um documento político e técnico que orienta decisões, investimentos e ações de proteção e promoção dos direitos das crianças na primeira infância.

2 O comitê intersetorial é formado por representantes governamentais, sociedade civil e crianças do município.

pertence à mesorregião do Noroeste Rio-Grandense e à microrregião de Erechim na região do Alto Uruguai, fortalecendo e qualificando o acesso à Educação Infantil.

A metodologia utilizada envolve pesquisa qualitativa, de análise documental e de entrevista semiestruturada com gestores e os comitês intersetoriais na construção e implantação dos PMPI nos municípios pesquisados no Rio Grande do Sul. A pesquisa será encaminhada ao Comitê de Ética, por meio da Plataforma Brasil documentos obrigatórios para construção da pesquisa.

Esse trabalho está organizado em quatro etapas e revela uma pesquisa qualitativa, elaborada por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, pesquisa de Estado do Conhecimento e pesquisa de campo. A primeira etapa diz respeito ao estudo bibliográfico, que verifica trabalhos acadêmicos em busca de conceitos que foram utilizados na pesquisa. Procurando referências sobre a primeira infância, observa-se que alguns autores têm papel fundamental na construção desse trabalho. Ariès (1986) proporciona um breve histórico sobre a história social da infância, Dewey (1979) apresenta que o desenvolvimento da inteligência humana depende da educação, das experiências, e Fochi (2021) oportuniza às crianças a curiosidade, a criatividade e a autonomia.

A pesquisa documental foi contemplada na segunda etapa, sendo um complemento da primeira etapa, teve a busca de informações nos documentos e coleta de dados, dispondo de alguns documentos analisados como o Plano Nacional Pela Primeira Infância; Marco Legal da Primeira Infância; Guia para elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância; Cartilha Plano Municipal pela Primeira Infância: um passo a passo para a elaboração; Planos Municipais pela Primeira Infância: uma análise das prioridades na promoção e defesa de direitos; Leis Municipais que instituem o Plano Municipal pela Primeira Infância no Rio Grande do Sul.

A terceira etapa da pesquisa é uma peça fundamental, o Estado do Conhecimento³. Faz-se necessário salientar que, ao buscar as referidas publicações, tendo como aporte a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (BDTD/IBICT), combinando as palavras-chave “primeira infância” + “marco legal da primeira infância” com um quantitativo de doze títulos encontrados e “plano municipal pela primeira infância” com oito títulos em todos os campos. Nota-se uma certa

³ O Estado do Conhecimento é identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em um determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica.

carência de pesquisas acadêmicas abordando a implementação do plano para primeira infância.

A quarta etapa é a pesquisa de campo, que será importante para extrair dados e informações, reunindo elementos para a documentação.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os primeiros resultados evidenciados apresentam dois municípios do Estado do Rio Grande do Sul, que tem implantado o PMPI, no total de 497 municípios. Observa-se uma adesão muito pequena de municípios. Isso nos indica inicialmente dois caminhos a percorrer nas discussões: o primeiro porque dá pouca adesão e o segundo os dois municípios que aderiram, quais as implicações educacionais para o desenvolvimento do ensino aprendizagem para a educação na primeira infância. Abaixo estão os dois municípios que aprovaram legalmente e instituíram o PMPI.

LEI Nº 1.443, DE 13 DE SETEMBRO DE 2017	Aprova e Institui o Plano Municipal Para a Primeira Infância – PMPI de Nova Ramada.
LEI MUNICIPAL Nº 2466 DE DEZEMBRO DE 2017	Aprova e Institui o Plano Municipal Para a Primeira Infância – PMPI de Alto Alegre.

Fonte: Observatório do Marco Legal da Primeira Infância (2023).

CONCLUSÃO OU CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração que a criança deve ter seus direitos assegurados e tendo em vista a implementação do PMPI em apenas dois municípios do RS, percebemos o quanto o existe a carência em políticas públicas voltadas para a infância. Desejamos que com o tempo mais municípios percebam a importância do trabalho intersetorial e das ações voltadas para a infância, para o começo da vida. Do envolvimento e engajamento de vários setores que possam contribuir para a implementação, execução e avaliação do plano.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História Social da criança e da família**. Rio de Janeiro, RJ, Editora Guanabara, 2 ed., 1986.

BRASIL. **Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016**. Brasília, DF.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 05 de out. de 1988.

BRASIL. **Plano Nacional Primeira Infância**. Brasília, DF. 2020.

BDTD, **Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações**. Disponível em <https://bdtd.ibict.br/vufind/> . Acesso em: 02 de nov. de 2022.

DEWEY, John. **Democracia e educação: introdução à filosofia da educação**. São Paulo, SP. Editora Nacional, 4 ed., 1979.

FOCHI, Paulo Sergio. **A curiosidade, a intenção e a mão: O Ethos Lúdico do Bebê**. Revista Humanidades e Inovação v.8, n.68 - Dez. 2021.